



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO

1º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CES/CEBRAS):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412266362M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

TRT 15ª Região

CARGO:

Analista Judiciário – Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****Letícia Bastos****Sindicatos e o fim da escala 6×1***Felipe Silva | Dirigente do Sindicato dos Vigilantes do RJ e membro do Movimento Luta de Classes**12 de novembro de 2024*

OPINIÃO – O futuro da política no Brasil está intrinsecamente ligado às pautas trabalhistas, e entre as mais urgentes está o fim da escala 6×1.

1 Historicamente, o movimento sindical tem sido protagonista nas maiores conquistas da classe trabalhadora, especialmente nas lutas pela redução da carga horária. Desde as greves de 1917 até a implementação da CLT em 1943 e a conquista da jornada de 44 horas semanais na Constituição de 1988, foram as mobilizações sindicais que abriram caminho para cada um desses avanços.

5 Ignorar o trabalhador é fechar os olhos para a realidade do país. Hoje, a prioridade das centrais sindicais e dos movimentos sociais deve ser o trabalhador, que enfrenta constantes ataques aos seus direitos – intensificados com a Reforma Trabalhista. Ainda que os sindicatos tenham sido fundamentais para os direitos da classe, o cenário atual é de desafios, agravado pela queda no número de associados e pelo enfraquecimento do movimento sindical, influenciado por campanhas antissindicais fomentadas pela grande mídia, empresários e políticos da extrema-direita. A resposta não pode ser paralisia; é hora de se mobilizar, de “voltar para a base” e fazer muito com poucos recursos.

10 Um sinal claro dos anseios da classe trabalhadora foi a eleição de Rick Azevedo, idealizador do movimento VAT, para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Sua eleição representa um verdadeiro grito de socorro dos trabalhadores cariocas. Apesar de o tema da escala 6×1 não ser competência direta da câmara, Rick, que até pouco tempo era visto como “um maluco que só falava da escala 6×1”, conquistou a confiança e o voto dos trabalhadores. Ele representa a visibilidade que essa pauta precisa – algo que tantas candidaturas voltadas para a defesa da classe trabalhadora pelo Brasil não conseguiram fazer. Sua eleição mostra a urgência de colocar as lutas da base no centro da agenda sindical.

15 Chega de governismo e de uma falsa esperança de governo popular. É preciso conquistar os direitos dos trabalhadores com luta, não com discursos vazios. O sindicalismo não pode mais ser símbolo de acomodação.

É preciso reconhecer as perdas, mas também se comprometer a reconquistar a confiança do trabalhador. Isso exige um resgate do sindicalismo raiz, com foco nas pautas que realmente impactam o dia a dia da classe trabalhadora.

20 Desde o início da campanha pelo fim da escala 6×1, houve o apoio de alguns sindicatos, principalmente o Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, um dos principais a combater historicamente a jornada de trabalho excessiva, e dezenas de sindicalistas envolvidos, como eu, que fiz parte da coordenação nacional do VAT e atuo no sindicato dos vigilantes do município do Rio de Janeiro, que, mesmo diante de desafios impostos pela Reforma Trabalhista, ainda lutam para defender os direitos de seus trabalhadores e tem como umas das maiorias conquistadas o adicional de periculosidade e aposentadoria especial, vitórias relevantes, mas que requer um esforço contínuo para ser garantida em um cenário de crescentes ataques.

25 Mas é preciso mais. É necessário um envolvimento em massa das centrais sindicais.

Agora, mais do que nunca, é essencial ter coragem para que a base também tenha – e para que os trabalhadores voltem a acreditar no poder de transformação da luta sindical.

Fonte: <https://averdade.org.br/2024/11/opiniao-sindicatos-e-o-fim-da-escala-6x1/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

1. Considerando as ideias expostas no artigo, escolha a alternativa correta sobre a interpretação do texto.
- (A) O texto sugere que a eleição de Rick Azevedo para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi irrelevante para a luta sindical, pois a pauta da escala 6×1 não é competência direta dessa instituição.
 - (B) O autor defende que a luta sindical deve ser guiada por uma aliança incondicional com o governo, a fim de garantir os direitos trabalhistas e evitar retrocessos.
 - (C) De acordo com o autor, a Reforma Trabalhista é vista como um fator positivo que fortaleceu os sindicatos ao exigir mais mobilização por parte dos trabalhadores.
 - (D) O artigo apresenta uma crítica à paralisia sindical e ressalta a necessidade de retomar um sindicalismo de base, com foco nas pautas trabalhistas concretas e mobilização ativa.
 - (E) O texto destaca que os sindicatos brasileiros sempre foram eficientes na defesa dos trabalhadores e atualmente não enfrentam desafios significativos em suas lutas.

2. Com base nas ideias apresentadas no artigo, identifique a alternativa correta quanto à mensagem central defendida pelo autor.
- (A) O texto defende que a luta sindical deve priorizar a mobilização ativa dos trabalhadores e o resgate das pautas essenciais para a classe trabalhadora, afastando-se de alianças governistas e discursos vazios.
 - (B) O autor sugere que as reformas trabalhistas foram benéficas para o movimento sindical, pois incentivaram maior mobilização entre os trabalhadores e sindicatos.
 - (C) A eleição de Rick Azevedo é apresentada como um evento de pouca relevância para a luta sindical, uma vez que a pauta da escala 6x1 não é competência direta da Câmara Municipal.
 - (D) O texto indica que o enfraquecimento dos sindicatos ocorreu devido exclusivamente à falta de interesse dos trabalhadores em se associar, sem mencionar outros fatores externos.
 - (E) Segundo o autor, a melhor estratégia para os sindicatos seria adotar um perfil de acomodação e esperar por mudanças políticas nas próximas eleições.
3. Analise as palavras destacadas nas frases retiradas do artigo e identifique a alternativa cuja classificação morfológica está correta.
- (A) No trecho “**Ainda que os sindicatos tenham sido fundamentais para os direitos da classe**”, o termo “**tenham**” é classificado como **advérbio**, pois expressa tempo relativo ao verbo principal.
 - (B) Em “**o cenário atual é de desafios**”, o termo “**atual**” funciona como um **substantivo**, pois identifica uma condição específica mencionada no texto.
 - (C) No segmento “**o futuro da política no Brasil está intrinsecamente ligado às pautas trabalhistas**”, a palavra “**ligado**” é um **substantivo**, pois se refere ao estado das pautas mencionadas.
 - (D) Na expressão “**A resposta não pode ser paralisia**”, o vocábulo “**não**” é classificado como um **adjetivo**, já que indica uma característica de “**resposta**”.
 - (E) Em “**Ignorar o trabalhador é fechar os olhos para a realidade do país**”, o termo “**ignorar**” é um **verbo**, indicando a ação mencionada no contexto da frase.
4. A partir da análise do artigo, identifique a alternativa que apresenta corretamente a função da linguagem predominante no texto.
- (A) Referencial, pois o texto busca informar de forma objetiva e imparcial sobre mudanças nas políticas trabalhistas, sem incluir a opinião do autor.
 - (B) Conativa, uma vez que o artigo procura persuadir diretamente os sindicatos e trabalhadores a se mobilizarem por seus direitos.
 - (C) Apelativa, já que o autor utiliza argumentos diretos para convencer a classe trabalhadora e os sindicatos a retomarem a luta ativa e rejeitarem a acomodação sindical.
 - (D) Metalinguística, pois o autor explica conceitos relacionados à estrutura dos movimentos sindicais e à legislação trabalhista.
 - (E) Fática, visto que o artigo estabelece uma interação inicial com os leitores por meio de uma saudação típica de artigos de opinião.
5. Com base no trecho “A resposta não pode ser paralisia; é hora de se mobilizar, de ‘voltar para a base’ e fazer muito com poucos recursos”, analise a função morfossintática do pronome “se” e escolha a alternativa correta.
- (A) Índice de indeterminação do sujeito, pois indica uma ação praticada por um sujeito desconhecido.
 - (B) Partícula expletiva, uma vez que sua presença não altera o significado da oração.
 - (C) Pronome reflexivo, pois indica que a ação de mobilizar recai sobre o próprio sujeito mencionado anteriormente.
 - (D) Parte integrante do verbo, formando o verbo pronominal “mobilizar-se”, cuja ação implica uma postura ativa dos sujeitos mencionados.
 - (E) Pronome apassivador, uma vez que a ação de mobilizar é realizada de forma impessoal e indica um sujeito paciente.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Diego Ribeiro**

6. Cinco advogados (Ana, Bruno, Carla, Daniel e Eduardo) estão alocados em cinco salas diferentes (1ª a 5ª), cada um lidando com um tipo específico de processo (trabalhista, penal, cível, tributário e empresarial). Sabe-se que:

- 1 – Ana não está na sala 1 e não trabalha com processos tributários nem cíveis.
- 2 – O advogado que trabalha com processos cíveis está na sala 3.
- 3 – Eduardo está em uma sala imediatamente anterior à de Carla.
- 4 – Bruno trabalha com processos trabalhistas e não está na sala 5.
- 5 – Daniel não trabalha com processos empresariais.
- 6 – Carla lida com processos empresariais e está duas salas após a sala do(a) advogado(a) que lida com processos cíveis.

Assinale a alternativa que indica a pessoa que trabalha na 4ª sala e o tipo de processo com o qual ela lida.

- (A) Carla – penal
 - (B) Daniel – tributário
 - (C) Eduardo – tributário
 - (D) Ana – empresarial
 - (E) Carla – empresarial
7. Uma equipe de 5 analistas judiciários leva 12 horas para finalizar 60 processos. Indique o tempo que levará uma equipe de 10 analistas para finalizar 120 processos, mantendo o mesmo ritmo.
- (A) 10 horas
 - (B) 12 horas
 - (C) 8 horas
 - (D) 6 horas
 - (E) 24 horas
8. Três advogados precisam dividir um prêmio de R\$ 9.000,00 em partes proporcionais aos tempos de trabalho de 2 anos, 3 anos e 5 anos, respectivamente.
- Indique o valor recebido pelo advogado com maior tempo de trabalho.
- (A) R\$ 3.000,00
 - (B) R\$ 4.000,00
 - (C) R\$ 4.500,00
 - (D) R\$ 5.000,00
 - (E) R\$ 6.000,00

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Rafael de Oliveira**

9. Sobre a Lei n. 13.146/2015, assinale a alternativa incorreta.
- (A) É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.
 - (B) É proibida a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas.
 - (C) É assegurado atendimento segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia.
 - (D) Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.
 - (E) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar, dentre outros, diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar.

10. Sobre a Lei n. 8.160/1991, que dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva, assinale a alternativa correta.
- I. É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Surdez” em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.
 - II. O “Símbolo Internacional de Surdez” deverá ser colocado, obrigatoriamente, em local visível ao público, não sendo permitida nenhuma modificação ou adição ao desenho reproduzido no anexo a esta lei.
 - III. É proibida a utilização do “Símbolo Internacional de Surdez” para finalidade outra que não seja a de identificar, assinalar ou indicar local ou serviço habilitado ao uso de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Somente o item III está correto.
 - (D) Todos os itens estão corretos.
 - (E) Nenhum item está correto.
11. São ações necessárias para a implementação da política contida na Resolução CSJT n. 386/2024 e para a promoção da cultura inclusiva e anticapacitista, exceto:
- (A) o desenvolvimento de mecanismos de diálogo social que viabilizem a escuta direta de pessoas com deficiência, até mesmo de jurisdicionados(as), além do contato com instituições públicas e privadas com afinidade com a temática.
 - (B) a implementação de campanhas e outras ações de conscientização, de forma periódica, para a promoção da inclusão e do enfrentamento ao capacitismo pelas unidades de comunicação social, com exclusão da participação ativa de pessoas com deficiência.
 - (C) a capacitação específica e a inclusão de conteúdos correlatos a essa política nos currículos de aperfeiçoamento, a formação inicial e continuada de magistrados(as), servidores(as) e gestores(as), além de instrutores(as) internos e equipes de apoio pedagógico, válidos para concessão de adicional de qualificação, programas de desenvolvimento gerencial, horas formativas, entre outros.
 - (D) a criação de estratégias para garantir a participação de magistrados(as) e servidores(as) nas ações de conscientização e capacitação promovidas referentes às temáticas dessa política.
 - (E) a capacitação dos membros das comissões permanentes de acessibilidade e inclusão para aquisição de conhecimentos sobre o tema, de forma a subsidiar sua atuação estratégica.

CÓDIGO DE ÉTICA DO TRT 15
Glauber Marinho

12. O Código de Ética do TRT 15 prevê como objetivos, exceto:
- (A) explicitar as normas e princípios éticos que guiam a conduta dos servidores e a ação institucional.
 - (B) contribuir para traduzir a visão, missão, objetivos e valores institucionais do Tribunal em atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais baseadas em um elevado padrão ético-profissional.
 - (C) diminuir a subjetividade das interpretações pessoais dos princípios e normas éticos adotados no Tribunal.
 - (D) oferecer, por meio da Comissão de Ética, uma instância de consulta para esclarecer dúvidas sobre alinhamento de condutas às normas éticas.
 - (E) garantir ao servidor a preservação de sua imagem e reputação, mesmo quando sua conduta estiver em desconformidade com as normas éticas estabelecidas no Código.
13. De acordo com o Código de Ética do TRT 15, assinale a alternativa correta.
- (A) Atos, comportamentos e atitudes do servidor precisam incluir uma avaliação de natureza ética. Entretanto, suas práticas pessoais não precisam estar em conformidade com os valores institucionais.
 - (B) Figuras como princípios e valores do Código: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a transparência e a afetividade.
 - (C) É dever de servidores do TRT trabalhar em um lugar seguro, que cuide da sua saúde física, moral, mental e emocional, e que permita um equilíbrio entre sua vida no trabalho e sua vida em família.
 - (D) É dever de servidores tratar todas as pessoas com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração, observando as limitações pessoais de cada um.
 - (E) É direito de servidores o exercício da advocacia.

14. Conforme o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, a violação das normas estabelecidas no Código acarretará a penalidade de
- (A) censura ética, exclusivamente.
 - (B) censura ética, bem como outras medidas de caráter complementar.
 - (C) advertência, exclusivamente.
 - (D) demissão, exclusivamente.
 - (E) multa, exclusivamente.

REGIMENTO INTERNO DO TRT 15**Eduardo Galante**

15. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, aponte a alternativa correta.
- (A) O Tribunal é composto por 63 (sessenta e três) desembargadores(as) do trabalho, nomeados(as) pelo(a) presidente da República ou pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho por delegação, com atribuições e competência definidas na Constituição Federal, nas leis da República e neste Regimento.
 - (B) O Tribunal Pleno é constituído por 42 (quarenta e dois) desembargadores(as) mais antigos(as) do Tribunal.
 - (C) O Tribunal funcionará em composição Plena, em Órgão Especial, em Seções Especializadas, em Turmas e em Câmaras, na forma prevista por este Regimento.
 - (D) As decisões do Tribunal Pleno serão tomadas por maioria absoluta, exceto quando este Regimento Interno dispuser de forma diversa.
 - (E) Constituem cargos de direção do Tribunal os de presidente, vice-presidente administrativo, vice-presidente judicial, corregedor regional, vice-corregedor regional, ouvidor regional e vice-ouvidor regional.
16. Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, marque a alternativa correta.
- (A) O Órgão Especial é composto pelo(a) presidente do Tribunal, além de 18 (dezoito) desembargadores(as) mais antigos(as) e de 17 (dezesete) desembargadores(as) eleitos(as) na forma deste Regimento, facultada a renúncia até o momento da posse.
 - (B) O(A) presidente do Tribunal poderá designar, dentre os(as) juízes(as) do trabalho vitalícios(as) ou substitutos(as), até 3 (três) juízes(as) auxiliares para exercício durante sua gestão, observadas as normas dos Conselhos Superiores.
 - (C) Para a instalação e funcionamento do Órgão Especial, exigir-se-á o quórum de maioria absoluta; e as deliberações serão tomadas pela maioria qualificada, exceto quando o Regimento Interno dispuser de forma diversa.
 - (D) Compete ao Tribunal Pleno em matéria judiciária, dentre outras competências, processar e julgar originariamente as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público, quando acolhidas pelo Órgão Especial, pelas Seções Especializadas, pelas Câmaras, ou quando opostas em processos de sua competência originária.
 - (E) A eleição dos 17 (dezesete) membros do Órgão Especial realizar-se-á mediante votação simbólica, em sessão ordinária do Tribunal Pleno, na primeira segunda-feira útil do mês de novembro dos anos ímpares.
17. Em relação ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, assinale a alternativa correta.
- (A) Compete à Corregedoria Regional exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos(às) juízes(as) de primeiro grau e respectivos órgãos e serviços judiciários.
 - (B) A correição poderá ser instaurada ex-offício, a requerimento das partes e de qualquer interessado(a), por determinação do Tribunal, ou por representação do Ministério Público.
 - (C) Não se conformando com a decisão do(a) Corregedor(a) Regional, o(a) corrigente poderá interpor agravo de instrumento para o Órgão Especial, que o decidirá em sessão especial.
 - (D) A Corregedoria Regional é composta pela Corregedoria, pela Vice-Corregedoria e por uma Secretaria Executiva.
 - (E) Não havendo recurso específico, é cabível a correição parcial para corrigir erro, abuso e ato contrário à boa ordem processual, ação ou omissão que importe erro de procedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, independentemente da qualidade do interessado e do processo originário.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Leonardo Vasconcelos**

18. No Windows 11, indique o comando que deve ser executado no Prompt de Comando para exibir as configurações detalhadas de rede do computador, como endereço IP, máscara de sub-rede, gateway padrão e endereço físico.
- (A) ipconfig /release
 - (B) ipconfig /renew
 - (C) ipconfig /all
 - (D) netstat -a
 - (E) ping 127.0.0.1
19. No contexto da segurança da informação, assinale a opção que representa uma prática adequada de procedimento de segurança para proteger dados sensíveis em uma organização.
- (A) Utilizar a mesma senha para todas as contas, facilitando a memorização e o acesso rápido.
 - (B) Compartilhar senhas de acesso com colegas confiáveis para garantir continuidade nas operações.
 - (C) Implementar autenticação multifator para acessar sistemas críticos.
 - (D) Manter o software antivírus desativado para evitar impacto no desempenho dos dispositivos.
 - (E) Desativar o registro de logs em servidores para economizar espaço de armazenamento.
20. No contexto do Google Workspace Gmail, o recurso de modo confidencial pode ser utilizado para a seguinte finalidade:
- (A) permitir que o destinatário edite o conteúdo da mensagem diretamente no corpo do e-mail.
 - (B) impedir o destinatário de encaminhar, copiar, imprimir ou baixar a mensagem.
 - (C) enviar anexos que não podem ser abertos em dispositivos móveis.
 - (D) configurar mensagens para serem enviadas apenas durante o horário comercial do destinatário.
 - (E) adicionar múltiplos destinatários ocultos (CCO) automaticamente a todas as mensagens confidenciais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL****Ricardo Blanco**

21. Compete à União, exceto:
- (A) manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
 - (B) declarar a guerra e celebrar a paz.
 - (C) assegurar a defesa nacional.
 - (D) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - (E) suplementar a lei federal e estadual no que couber.
22. São fundamentos da República Federativa do Brasil, exceto:
- (A) a soberania.
 - (B) a cidadania.
 - (C) a dignidade da pessoa humana.
 - (D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (E) o asilo político.
23. Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a soberania consiste em
- (A) direito individual e coletivo.
 - (B) direito e garantia fundamental.
 - (C) fundamento da República.
 - (D) objetivo fundamental.
 - (E) princípio das relações internacionais.

24. Sobre os direitos humanos, analise as afirmações abaixo:

- I. O Brasil não se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 1/3 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- III. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

É correto somente o que se afirma em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

25. A Constituição Federal prevê um rol de direitos sociais em seu artigo 6º, dentre os quais o direito social à

- (A) proteção à maternidade.
- (B) seguridade social.
- (C) liberdade.
- (D) propriedade.
- (E) vida.

26. De acordo com a Constituição Federal, com relação aos Ministérios Públicos dos Estados, é correto afirmar que

- (A) os procuradores-gerais serão nomeados pelo secretário estadual, para mandato de um ano, permitida uma recondução.
- (B) os procuradores-gerais poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (C) seus membros possuem a garantia da estabilidade, após dois anos de exercício, podendo perder o cargo por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal ou por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) seus membros estão permitidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários ou percentagens.
- (E) seus membros poderão exercer outras funções públicas, além de duas de magistério, se estiverem em disponibilidade.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rafael de Oliveira

27. A Administração Pública deve observar os princípios constitucionais explícitos elencados no *caput* do art. 37 da CF/1988. São princípios implícitos, também aplicáveis:

- (A) eficiência, moralidade, proporcionalidade e impessoalidade.
- (B) supremacia do interesse público, continuidade do serviço público e razoabilidade.
- (C) legalidade, moralidade, continuidade do serviço público e autotutela.
- (D) autotutela, publicidade, eficiência e isonomia.
- (E) segurança jurídica, eficiência, moralidade e motivação.

28. De acordo com a LINDB (Decreto-Lei n. 4.657/1942, com alterações posteriores), no que tange à interpretação das normas, é correto afirmar que:

- (A) a interpretação deve sempre prevalecer a favor da administração, respeitando sua discricionariedade.
- (B) o agente público pode desconsiderar as consequências práticas de sua decisão.
- (C) decisões com base em valores abstratos devem observar as consequências práticas da aplicação.
- (D) atos praticados com boa-fé são invalidados imediatamente, independentemente do prejuízo causado.
- (E) normas jurídicas interpretam-se exclusivamente de acordo com a literalidade dos textos legais.

29. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, constitui abuso de poder praticado por agente público:

- (A) fiscalizar estabelecimento comercial sem prévia autorização judicial.
- (B) determinar prisão temporária com base em indícios de autoria e materialidade.
- (C) deixar de comunicar prisão em flagrante à autoridade judicial competente.
- (D) aplicar sanções administrativas no âmbito do poder regulamentar da Administração.
- (E) interditar estabelecimento em situação de emergência, com decisão fundamentada.

30. A respeito dos princípios que regem os serviços públicos, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O princípio da continuidade do serviço público exige que o serviço não sofra interrupções injustificadas, salvo por inadimplência do usuário ou necessidade técnica.
 - (B) O princípio da modicidade tarifária busca assegurar que os serviços públicos sejam prestados a tarifas acessíveis.
 - (C) O princípio da eficiência impõe a prestação de serviços públicos de maneira eficaz, econômica e em tempo adequado.
 - (D) O princípio da universalidade determina que o serviço público deve alcançar a maior parte da população, independentemente da capacidade de pagamento.
 - (E) O princípio da especialidade estabelece que os serviços públicos devem ser oferecidos exclusivamente pelos entes federativos, sem delegação ao setor privado.
31. Nos termos da Lei n. 8.987/1995, que regula a concessão e a permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão de serviço público dispensa licitação se o contrato for firmado com uma empresa estatal.
 - (B) A permissão de serviço público é formalizada por contrato de adesão, precedido de licitação, e delegada de forma precária.
 - (C) O concessionário, ao assumir um serviço público, não se responsabiliza pelos danos causados a terceiros.
 - (D) A extinção da concessão implica transferência automática de todos os bens do concessionário para o poder concedente, sem necessidade de indenização.
 - (E) Na concessão de serviço público, o contratado tem direito exclusivo sobre a prestação do serviço, sem regulação pelo poder público.
32. Com base no regime jurídico dos bens públicos e na Lei n. 11.079/2004, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Os bens públicos de uso comum são inalienáveis, salvo mediante desafetação.
 - (B) Na concessão patrocinada de uma PPP, o parceiro privado é remunerado tanto pela administração pública quanto pelos usuários do serviço.
 - (C) A utilização de bens públicos por terceiros pode ser formalizada por concessão de uso, permissão de uso e autorização de uso.
 - (D) A alienação de bens públicos dominicais exige licitação, avaliação prévia e justificativa de interesse público.
 - (E) O parceiro privado, em uma PPP, pode unilateralmente definir a reversão dos bens ao término do contrato.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Weskley Rodrigues

33. O modelo gerencial da Administração Pública, consolidado no Brasil a partir das reformas de 1995, trouxe uma nova perspectiva para a gestão pública. Assinale a alternativa que descreve uma das inovações trazidas por esse modelo.
- (A) Introdução do controle rígido sobre procedimentos burocráticos.
 - (B) Foco na transparência por meio de auditorias financeiras.
 - (C) Orientação para resultados e fortalecimento da governança pública.
 - (D) Centralização das decisões estratégicas nos ministérios.
 - (E) Valorização de regras formais em detrimento de eficiência.
34. Embora compartilhem algumas características, a gestão pública e a privada diferem em seus objetivos e métodos. Assinale a alternativa que melhor reflete uma diferença fundamental entre as duas.
- (A) Ambas são voltadas para a maximização do lucro.
 - (B) A gestão pública é pautada pelo interesse coletivo, enquanto a privada busca o lucro.
 - (C) Apenas a gestão privada é orientada por indicadores de desempenho.
 - (D) A gestão pública opera de forma independente das normas legais.
 - (E) A gestão privada desconsidera a satisfação do cliente em suas operações.
35. Os indicadores de desempenho são fundamentais para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de indicador que mede eficácia.
- (A) Tempo médio de processamento de um serviço público.
 - (B) Taxa de alcance das metas estabelecidas para o ano.
 - (C) Custo médio por unidade produzida.
 - (D) Satisfação dos servidores com o ambiente de trabalho.
 - (E) Taxa de participação de stakeholders em reuniões decisórias.

36. O Balanced Scorecard é amplamente utilizado para alinhar objetivos estratégicos às operações organizacionais. Assinale a alternativa que reflete adequadamente uma aplicação prática dessa ferramenta.
- (A) Concentrar esforços exclusivamente nas métricas financeiras.
 - (B) Integrar metas financeiras, de processos internos, aprendizado e clientes.
 - (C) Implementar relatórios semanais com foco no cumprimento de normas.
 - (D) Substituir os indicadores tradicionais por novos métodos qualitativos.
 - (E) Aumentar o controle centralizado na alta administração.
37. Durante a implementação de uma mudança organizacional, é essencial superar resistências internas. Assinale a alternativa que apresenta uma estratégia adequada para lidar com essas resistências.
- (A) Recompensar apenas os gestores pelo sucesso da mudança.
 - (B) Ignorar feedbacks negativos durante o processo.
 - (C) Comunicar de forma clara os benefícios da mudança para os colaboradores.
 - (D) Acelerar o processo, independentemente do engajamento da equipe.
 - (E) Minimizar o envolvimento dos agentes de mudança para evitar conflitos.
38. Em um ciclo de planejamento estratégico, a definição de missão, visão e valores de uma organização ocorre na seguinte etapa do processo:
- (A) execução do planejamento operacional.
 - (B) formulação estratégica.
 - (C) avaliação de resultados.
 - (D) implementação de metas táticas.
 - (E) análise de desempenho.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Bruno Eduardo

39. Uma organização pública está implementando um novo modelo de gestão de pessoas voltado para a valorização das competências dos servidores e o desenvolvimento do conhecimento organizacional. Durante o planejamento estratégico, foram identificados desafios relacionados à capacitação e à gestão do desempenho dos servidores, com o objetivo de alinhar as metas institucionais às competências individuais. Com base no contexto apresentado, assinale a alternativa que apresenta a melhor prática para alcançar os objetivos propostos.
- (A) Aumentar a quantidade de treinamentos obrigatórios para todos os servidores, independentemente de sua área de atuação.
 - (B) Utilizar avaliações de desempenho exclusivamente para medir resultados individuais, sem relação com as metas organizacionais.
 - (C) Implantar um sistema de gestão por competências que identifique as lacunas existentes e oriente ações de capacitação específicas.
 - (D) Priorizar apenas a capacitação dos servidores em cargos de liderança, devido à sua influência estratégica.
 - (E) Aplicar exclusivamente a educação à distância (EAD) para reduzir custos, desconsiderando as necessidades específicas de treinamento presencial.
40. Uma instituição pública pretende aprimorar seu ambiente organizacional por meio da melhoria do clima e da cultura organizacional. Após uma pesquisa de clima, foi constatado que há baixa motivação entre os servidores devido à falta de reconhecimento e transparência nas comunicações internas. Para abordar essa situação, a medida mais adequada seria:
- (A) introduzir um programa de reconhecimento por desempenho e fortalecer os canais de comunicação interna.
 - (B) aumentar a carga de trabalho dos servidores para incentivar maior produtividade e engajamento.
 - (C) oferecer benefícios financeiros apenas para os servidores com mais tempo de serviço na instituição.
 - (D) priorizar a contratação de novos servidores para substituir aqueles com baixa motivação.
 - (E) implementar uma política de avaliação de desempenho com foco exclusivo nos resultados negativos.

41. Uma organização pública enfrenta desafios relacionados à retenção de talentos, especialmente entre os servidores mais jovens. Esses profissionais afirmam que falta uma perspectiva clara de crescimento na carreira e oportunidades de desenvolvimento profissional. Com base nesse cenário, indique a medida que seria mais eficaz para resolver esse problema.
- (A) Realizar apenas capacitações técnicas específicas voltadas para a execução de tarefas rotineiras.
 - (B) Implantar um programa de educação corporativa que inclua oportunidades de desenvolvimento profissional e de liderança.
 - (C) Incentivar a rotatividade natural dos servidores como forma de renovar a força de trabalho.
 - (D) Adotar uma política rígida de progressão na carreira baseada exclusivamente em tempo de serviço.
 - (E) Implementar treinamentos obrigatórios genéricos para todos os servidores, sem distinção de áreas ou funções.
42. Durante uma avaliação de desempenho em uma instituição pública, um servidor recebeu feedback detalhado sobre suas competências técnicas e comportamentais. Além disso, foi traçado um plano de desenvolvimento individual para aprimorar suas habilidades em áreas críticas. Assinale a alternativa que apresenta a prática de gestão de pessoas representada nessa situação.
- (A) Recrutamento interno.
 - (B) Gestão de clima organizacional.
 - (C) Avaliação de desempenho baseada em competências.
 - (D) Análise de descrição de cargos.
 - (E) Gestão por competências exclusivamente técnica.
43. Uma instituição pública decidiu implementar indicadores de desempenho para monitorar a eficiência de suas políticas de gestão de pessoas. Esses indicadores têm como objetivo mensurar a taxa de rotatividade, a satisfação dos servidores e o impacto dos treinamentos no desempenho organizacional. Com base no contexto apresentado, indique o item que é essencial para garantir a eficácia do uso desses indicadores.
- (A) Monitorar apenas os indicadores financeiros, considerando que são mais objetivos.
 - (B) Estabelecer metas claras e alinhadas às estratégias organizacionais.
 - (C) Ignorar os indicadores comportamentais, devido à dificuldade de mensuração.
 - (D) Priorizar a análise de curto prazo para tomar decisões rápidas e imediatas.
 - (E) Centralizar a definição dos indicadores exclusivamente no setor de recursos humanos.
44. Uma instituição pública está enfrentando dificuldades em gerenciar conflitos entre diferentes departamentos. Para lidar com esse problema, foi decidido implementar uma política de comunicação interna mais estruturada, além de capacitar os gestores para mediar conflitos. Assinale a alternativa que melhor reflete os benefícios dessa abordagem.
- (A) Aumento da centralização das decisões, reduzindo a autonomia dos departamentos.
 - (B) Redução do número de reuniões para minimizar a possibilidade de desacordos.
 - (C) Prioridade absoluta para as metas organizacionais, ignorando as necessidades individuais.
 - (D) Delegação completa da mediação de conflitos aos gestores de RH.
 - (E) Melhoria da integração entre equipes e redução de conflitos interpessoais.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Anderson Ferreira

45. Com base nos conceitos, modelos e técnicas de orçamento público, o orçamento base-zero
- (A) desconsidera dotações orçamentárias de exercícios anteriores e não gera direito adquirido.
 - (B) também pode ser considerado como orçamento tradicional.
 - (C) possibilita a utilização de ajustes marginais a cada quatro anos.
 - (D) privilegia o uso de ajustes marginais em todos os exercícios financeiros.
 - (E) não pode ser utilizado atualmente no Brasil em nenhuma hipótese.

46. O anexo específico da lei de diretrizes orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2025 da União deve
- (A) avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
 - (B) apresentar a previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos.
 - (C) apresentar os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente.
 - (D) estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
 - (E) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
47. A lei orçamentária anual referente ao exercício de 2024 de um ente público respeita o princípio orçamentário da universalidade ao
- (A) não incluir elementos estranhos ao orçamento público.
 - (B) evitar a vinculação das receitas públicas de impostos a órgãos, fundos e despesas.
 - (C) fomentar a redução das desigualdades sociais e regionais.
 - (D) prever todas as receitas e todas as despesas do ente público.
 - (E) estabelecer o limite de um ano como o período para as dotações orçamentárias.
48. Na execução das despesas públicas de uma entidade pública, de acordo com a Lei n. 4.320 de 1964,
- (A) é permitido o empenho por estimativa de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
 - (B) será feito de maneira ordinária o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
 - (C) a liquidação da despesa só será efetuada após seu regular pagamento.
 - (D) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
 - (E) a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
49. Suponha que um orçamento anual de um ente público para o exercício financeiro de 2024 fixou a dotação de R\$ 1.550.000,00 para a custear a reforma de estabelecimentos assistenciais de saúde, sem caráter emergencial. Suponha, ainda, que o valor final da reforma tenha sido de R\$ 1.849.734,35. Nessa situação hipotética,
- (A) o ente público necessitou da abertura de crédito suplementar para custear o valor total da reforma.
 - (B) o empenho deve ser cancelado.
 - (C) não houve necessidade de abertura de crédito adicional.
 - (D) o ente público necessitou da abertura de crédito extraordinário para custear o valor total de reforma.
 - (E) o ente público necessitou da abertura de crédito especial para custear o valor total de reforma.
50. Assinale a alternativa em que se estabelece um dos conteúdos do Relatório de Gestão Fiscal.
- (A) Demonstrativo dos resultados nominal e primário.
 - (B) Comparativo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal da dívida consolidada e mobiliária.
 - (C) Balanço orçamentário.
 - (D) Apuração da receita corrente líquida e sua evolução.
 - (E) Demonstrativo de receitas e despesas previdenciárias.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Maria Rafaela

51. Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras, exceto:
- (A) troca de roupa ou uniforme, independentemente se houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.
 - (B) higiene pessoal.
 - (C) práticas religiosas.
 - (D) atividades de relacionamento social.
 - (E) lazer.

52. Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa. As férias poderão ser gozadas em:
- (A) em apenas um período anual.
 - (B) em 2 (dois) períodos anuais sem condicionamento expresso de número de dias na CLT.
 - (C) em 2 (dois) períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 5 dias corridos.
 - (D) em 2 (dois) períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.
 - (E) em 3 (três) períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.
53. Sobre a concessão de férias, como direito indisponível do trabalhador e expresso na CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo.
 - (B) O empregado estudante, menor de 21 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
 - (C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
 - (D) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador em hipótese alguma.
 - (E) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.
54. Em relação aos sócios e ao instituto da prescrição, que foram assuntos abordados pela Reforma Trabalhista, assinale a alternativa correta.
- (A) O sócio retirante responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas da sociedade relativa ao período em que figurou como sócio, somente em ações ajuizadas até um ano depois de averbada a modificação do contrato.
 - (B) Os sócios retirantes não possuem responsabilidade principal ou subsidiária em processos trabalhistas.
 - (C) A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
 - (D) A interrupção da prescrição somente ocorrerá pelo ajuizamento de reclamação trabalhista, somente em juízo competente, ainda que venha a ser extinta sem resolução do mérito, produzindo efeitos apenas em relação aos pedidos idênticos.
 - (E) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
55. Os trabalhadores e os empregadores, sem nenhuma distinção e sem autorização prévia, têm o direito de constituir as organizações que estimem convenientes, assim como o de se filiar a estas organizações, com a única condição de observar os estatutos das mesmas. Assim, assinale a alternativa correta sobre a Convenção 87 da OIT.
- (A) As autoridades públicas deverão abster-se de toda intervenção que tenha por objetivo limitar este direito ou entorpecer seu exercício legal.
 - (B) As organizações de trabalhadores e de empregadores estão sujeitas a dissolução ou suspensão por via administrativa.
 - (C) Não existe previsão de extensão desses direitos às forças armadas.
 - (D) Todo membro que tiver ratificado essa Convenção poderá denunciá-la à expiração de um período de dez anos, a partir da data em que tiver entrado inicialmente em vigor, mediante ata comunicada, para seu registro, ao diretor da Repartição Internacional do Trabalho. A denúncia não terá efeito até cinco anos após a data em que tiver sido registrada.
 - (E) As organizações de trabalhadores e de empregadores têm o direito de redigir seus estatutos e regulamentos administrativos, o de eleger livremente seus representantes, o de organizar sua administração e suas atividades e o de formular seu programa de ação.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Maria Rafaela

56. Acerca do instituto da desconsideração da pessoa jurídica prevista na CLT e utilizada na prática trabalhista, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Não se aplica o disposto sobre o tema ao CPC, haja vista que existe tratamento específico na CLT, com a Reforma Trabalhista.
 - (B) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de cognição não cabe recurso de imediato.
 - (C) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente na fase de execução cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo.
 - (D) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
 - (E) A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar.

57. Acerca das regras na CLT que preveem o rito sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo: o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente; não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado; a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
 - (B) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
 - (C) As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação. As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz-presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
 - (D) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica. Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência.
 - (E) Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença.

58. Acerca do instituto da liquidação, temos os seguintes regramentos expressos e claros da CLT: sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. Assim, elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de _____ para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) cinco dias
 - (B) oito dias
 - (C) dez dias
 - (D) quinze dias
 - (E) trinta dias
59. A execução trabalhista é regida também e, principalmente, pela CLT. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em _____ ou garanta a execução, sob pena de penhora.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- (A) 24 horas
 - (B) 48 horas
 - (C) cinco dias
 - (D) oito dias
 - (E) dez dias
60. Quanto ao processamento da execução trabalhista, existe previsão específica em relação aos embargos à execução. Diante do exposto na CLT, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (B) A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
 - (C) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.
 - (D) Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
 - (E) Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o juiz ou o presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias.

DISCURSIVA
Letícia Bastos**TEXTO I**

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo tem crescido significativamente nos últimos anos, agravado por crises econômicas, guerras e mudanças climáticas. Em países em desenvolvimento, como o Brasil, o cenário é ainda mais desafiador, com milhões de pessoas em condições de fome ou má nutrição. O relatório destaca que políticas públicas eficazes e o combate ao desperdício de alimentos são essenciais para reverter esse quadro.

Referência Bibliográfica: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório Mundial sobre Segurança Alimentar e Nutrição 2023. Disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em 30 dez. 2024.

TEXTO II

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU, com cerca de 33 milhões de pessoas em situação de fome em 2022. Enquanto isso, estima-se que cerca de 30% dos alimentos produzidos no país são desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. O contraste entre o desperdício de alimentos e a fome extrema levanta questões urgentes sobre desigualdade social, acesso à alimentação e a necessidade de políticas sustentáveis que garantam a segurança alimentar.

Referência Bibliográfica: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Dados sobre Segurança Alimentar no Brasil 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 30 dez. 2024.

Tendo os textos acima unicamente como motivadores, redija um texto dissertativo acerca do tema:

O PARADOXO DA FOME E DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: DESAFIOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Analista Judiciário – Área Administrativa

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Analista Judiciário – Área Administrativa
---------------------------------------	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA 9.0



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva